



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.256, DE 2005** **(Do Sr. Remi Trinta)**

Dispõe sobre a inclusão de educação sexual no currículo das escolas de ensino fundamental.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-3099/2000.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas de ensino fundamental incluirão, em seus currículos, educação sexual.

Art. 2º A temática educação sexual desenvolver-se-á de acordo com a legislação vigente, no que se refere à elaboração de currículos escolares em consonância com a orientação dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

A sexualidade integra a vida humana e deveria ser tratada com naturalidade não causando desconforto aos pais e educadores quando questionados por crianças e adolescentes. Lamentavelmente, a orientação sexual é banida da maioria das salas de aula, com grave prejuízo para o *pleno desenvolvimento da pessoa*, desenvolvimento preconizado no art. 205 da Constituição Federal ao iniciar o capítulo *Da Educação, da Cultura e do Desporto*.

Estamos reapresentando esta proposição, pois ao longo dos últimos dez anos, não vimos mudanças significativas nos currículos escolares quanto à inclusão de noções, programas ou disciplina que trate de educação sexual, em todas as escolas públicas e privadas do País.

No ano de 1995 apresentamos um projeto de lei que tramitou nesta Casa, PL nº 506, de 1995 que propunha a *inclusão obrigatória da educação sexual no currículo da escola fundamental*. Recebeu emendas com parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, à época, posteriormente, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação com substitutivo, e, infelizmente, foi arquivado em 1999.

Torna-se cada vez mais imprescindível a abordagem de temas como AIDS, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, escolhas sexuais e, outros de livre interesse e necessidade dos adolescentes.

Pesquisas têm apontado a desinformação dos adolescentes e mesmo dos jovens quanto ao desenvolvimento de suas sexualidades. Segundo o IBGE, de 1980 a 2000 aumentou em 15% o índice de gravidez na adolescência na faixa de 15 a 19 anos. Segundo o Ministério da Saúde são internadas, por dia, quase 150 adolescentes entre 10 e 19 anos em virtude de abortos provocados. Essa é a quinta maior causa de internação de jovens em unidades do Sistema Único de Saúde. De 1980 até 2002, foram registrados quase 5.600 casos de AIDS, em adolescentes de 13 a 19 anos, sendo que as meninas constituem 63% desse grupo.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para esta iniciativa que procura alertar e proteger os nossos adolescentes.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2005.

Deputado **REMI TRINTA**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
TÍTULO VIII  
DA ORDEM SOCIAL  
.....

CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I  
Da Educação

---

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

*\* Inciso V com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

.....  
.....

**FIM DO DOCUMENTO**